

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**ENGIE SOLUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E
INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A.**

**EM 31 DEZEMBRO DE 2025
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstração do resultado	7
Demonstração dos resultados abrangentes.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12
1 Informações gerais.....	12
2 Aprovação das demonstrações financeiras.....	13
3 Resumo das principais práticas contábeis	13
3.1 Estimativas e julgamentos críticos.....	13
3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação	13
3.3 Demonstração do valor adicionado	13
3.4 Caixa e equivalentes de caixa	14
3.5 Estoques.....	14
3.6 Outras contas a receber (circulante e não circulante)	14
3.7 Imobilizado.....	14
3.8 Contas a receber - ativo de contrato.....	15
3.9 Fornecedores e outras contas a pagar	15
3.10 Debêntures	15
3.11 Provisões.....	15
3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	15
3.13 Benefícios a funcionários	16
3.14 Capital social e distribuição de lucros	16
3.15 Reconhecimento de receita.....	16
3.16 Novas normas emitidas, vigentes.....	17
3.17 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes	17
4 Mudança de estimativa contábil na mensuração do ativo financeiro da concessão	18
5 Reforma tributária brasileira	19
6 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	19
7 Caixa e equivalente de caixas e aplicações financeiras	21
8 Contas a receber	21
9 Estoques.....	22
10 Tributos a recuperar e diferidos	22
11 Fornecedores.....	24
12 Obrigações sociais e trabalhistas	25
13 Debêntures	25
14 Obrigações tributárias	26
15 Partes Relacionadas	28
16 Patrimônio líquido	28
17 Receita operacional líquida	29
18 Gastos por natureza.....	30
19 Resultado financeiro	30
20 Imposto de renda e contribuição social.....	31
21 IFRIC 23 / ICPC – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro	31
22 Seguros (Não auditados).....	31
23 Informações por segmento.....	32
24 Eventos subsequentes	32

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.
Uberlândia - MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados na seção “Base para opinião com ressalvas” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis IFRS (IFRS “Accounting Standards”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalvas

Custo dos serviços prestados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18(a), em dezembro de 2024 foi concluído o projeto de iluminação esportiva do Estádio Parque do Sabiá, ocasião em que foi reconhecida a respectiva receita. Entretanto, o custo dos serviços prestados, no montante de R\$ 5.897 mil, foi registrado apenas no primeiro trimestre de 2025. Em razão desse descasamento, em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica de custo da prestação de serviços de iluminação pública encontra-se superavaliado em R\$ 5.897 mil, enquanto o lucro líquido do exercício, o resultado abrangente e os fluxos de caixa estão subavaliados nesse mesmo montante. Adicionalmente, as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2024 também foram impactadas, pois o saldo da rubrica de custo da prestação de serviços de iluminação pública, bem como o lucro líquido do exercício, o resultado abrangente, o patrimônio líquido e os fluxos de caixa, encontra-se superavaliados em igual valor.

Tributos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº14, a Companhia revisou os cálculos de apuração do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas de operações, bem como do imposto de renda e da contribuição social, tanto corrente como diferido. A revisão concluiu que as apurações desses tributos, nos exercícios entre 2022 e 2025, foram subavaliadas, impactando as respectivas contabilizações nas contas de impostos classificadas no ativo e no passivo em 31 de dezembro de 2025, além das cifras comparativas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a correção de erros materiais de exercícios anteriores deve ser feita retrospectivamente, por meio da reapresentação dos valores comparativos do período em que ocorreu o erro, no primeiro conjunto de demonstrações financeiras após sua identificação. Contudo, os valores provenientes dos erros materiais identificados pela Administração não foram corrigidos neste conjunto de demonstrações financeiras.

Como consequência, em 31 de dezembro de 2025:

- Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo), apresentados no balanço patrimonial sob a rubrica obrigações tributárias – diferidas (Nota 14.2), estão subavaliados em R\$ 3.597 mil. Como consequência, o lucro líquido do exercício, o resultado abrangente, o patrimônio líquido e os fluxos de caixa operacionais, estão superavaliados em R\$ 3.597 mil;
- O saldo do imposto de renda e contribuição social a restituir, apresentados no balanço patrimonial sob a rubrica tributos a restituir (Nota 10.3), no ativo circulante, estão subavaliados no montante de R\$ 384 mil, enquanto que o saldo de PIS e COFINS a restituir, apresentados no balanço patrimonial sob a rubrica tributos a restituir (Nota 10.3) no ativo circulante, estão superavaliados em R\$ 3.008 (R\$ 6.818 mil em 31 de dezembro de 2024), e, por conseguinte, o patrimônio líquido está superavaliado no montante de R\$ 2.624 mil (com impacto de R\$ 6.818 mil nas cifras comparativas, estando o lucro líquido, o resultado abrangente, o patrimônio líquido e os fluxos de caixa operacionais superavaliados neste montante)

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela e elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as com as normas contábeis IFRS (IFRS "Accounting Standards"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüente mente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 9 de abril de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP023701/O-8 PR

Assinado por:



B1C88A01E3E0430...
Everton Araken Paetzold

Contador CRC 1PR 047.959/O-9

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.303	7.199	Fornecedores	11	1.176	313
Contas a receber – ativo de contrato	8.1	26.863	19.124	Obrigações sociais e trabalhistas	12	632	610
Contas a receber – outros serviços	8.2	648	2.267	Debêntures	13	9.884	9.351
Estoques	9	3.382	3.529	Obrigações tributárias a recolher	14.1	1.395	1.169
Tributos a recuperar	10.1	2.785	2.387	Obrigações tributárias diferidas	14.2	3.348	2.343
PIS e COFINS diferidos	10.2	1.089	788	Passivo de arrendamento		336	352
Tributos a restituir	10.3	3.828	1.204	Partes relacionadas	15	913	3.282
Outros ativos		157	115	Dividendos a pagar	16.c	4.949	4.218
		42.055	36.613	Outros passivos		23	67
						22.656	21.705
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber – ativo financeiro	8.1	100.649	94.055	Debêntures	13	48.956	52.242
Aplicações	13	5.065	4.856	Obrigações tributárias a recolher	14.1	580	1.076
Outros ativos		-	-	Obrigações tributárias diferidas	14.2	23.870	22.238
PIS e COFINS diferido	10.2	5.094	3.877	Passivo de arrendamento		347	672
Tributos a restituir	10.3	4.504	9.554	Partes relacionadas	15	7.218	-
Imobilizado		396	422			80.971	76.228
Direito de uso		749	1.098	Patrimônio líquido	16		
		116.457	113.862	Capital social		40.847	40.847
				Reserva legal		921	767
				Reserva de lucros		13.117	10.928
						54.885	52.542
Total do ativo		158.512	150.475	Total do passivo e patrimônio líquido		158.512	150.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	17	32.505	47.963
(-) Custo da prestação de serviços de iluminação pública	18	<u>(20.935)</u>	<u>(16.364)</u>
Lucro bruto		<u>11.570</u>	<u>31.599</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(317)	(669)
Outras receitas e despesas		<u>7</u>	<u>(141)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>11.260</u>	<u>30.789</u>
Receitas financeiras	19	817	593
Despesas financeiras	19	<u>(7.249)</u>	<u>(7.755)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>4.828</u>	<u>23.627</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(1.457)	(1.460)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<u>(298)</u>	<u>(6.130)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>3.073</u>	<u>16.037</u>
Lucro por ação - R\$ / ação		0,1229305	0,6414800
Número de ações		25.000.000	25.000.000

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.**Demonstração dos resultados abrangentes****Exercícios findos em 31 de dezembro****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.073</u>	<u>16.037</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>3.073</u></u>	<u><u>16.037</u></u>

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Dividendos à disposição da AGO		
Em 31 de dezembro de 2023	35.012	-	-	-	(700)	34.312
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.037	16.037
Constituição reserva legal	-	-	767	-	(767)	-
Destinação de dividendos	-	-	-	-	(3.642)	(3.642)
Dividendos à disposição da AGO	-	-	-	10.928	(10.928)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.835	-	-	-	5.835
Aumento de capital	5.835	(5.835)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	40.847	-	767	10.928	-	52.542
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.073	3.073
Destinação de dividendos	-	-	-	-	(730)	(730)
Dividendos à disposição da AGO	-	-	-	2.189	(2.189)	-
Constituição da reserva legal	-	-	154	-	(154)	-
Em 31 de dezembro de 2025	40.847	-	921	13.117	-	54.885

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	4.828	23.628
Ajustados por:		
Depreciação do imobilizado e do intangível	75	79
Depreciação do direito de uso	349	375
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	410
Atualização aplicação financeira - Ativo financeiro ICPC 01	(619)	292
Captação de recursos debêntures - Custos de emissão	254	253
Baixa de imobilizado	-	10
Receita de remuneração do ativo financeiro	(5.684)	(4.179)
Despesa de remuneração do ativo financeiro	128	86
Baixa de provisão de receita	1.854	-
Ineficiência de contrato	4.030	-
Encargos financeiros sobre debêntures	6.401	6.985
Tributos diferidos	821	2.825
	12.437	30.764
Aumento ou diminuição dos ativos e passivos		
Contas a receber – Ativo de contrato	(11.923)	(19.437)
Contas a receber	(1.119)	(2.267)
Estoques	147	1.773
Tributos a compensar	(398)	(1.294)
Outros ativos	(42)	155
Tributos a restituir	-	17
Fornecedores	863	(6.298)
Obrigações tributárias	699	(3.277)
Obrigações sociais e trabalhistas	22	236
Outros passivos	(43)	3.148
Partes relacionadas	4.849	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.492	3.519
Das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(49)	(235)
Resgate de aplicação financeira	410	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	5.835
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	361	5.600
Das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal - debêntures	(4.799)	(3.995)
Pagamentos de juros - debêntures	(4.609)	(4.867)
Pagamentos de principal de arrendamentos	(130)	(188)
Pagamentos de juros de arrendamentos	(211)	(204)
Caixa líquido (utilizado) das atividades de financiamentos	(9.749)	(9.254)
Caixa gerado (utilizado) no exercício	(3.896)	(132)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.199	7.331
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.303	7.199
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(3.896)	(132)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
1 – Receitas	37.093	54.702
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	37.086	54.673
Outras receitas	7	29
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(16.491)	(13.045)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(5.658)	(7.306)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.833)	(5.739)
3 - Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	20.602	41.657
4 - Depreciação e amortização	(424)	(453)
Depreciação, amortização e exaustão	(424)	(453)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	20.178	41.204
6 - Valor adicionado recebido em transferência	817	593
Receitas financeiras	817	593
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	20.995	41.797
8 - Distribuição do valor adicionado	20.995	41.797
Pessoal e encargos	4.318	3.255
Impostos, taxas e contribuições	6.049	14.694
Juros e aluguéis	7.555	7.811
Lucro (prejuízo) do exercício	3.073	16.037

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras Período findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Informações gerais

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. (“SPE Uberlândia” ou “Companhia”), com sede no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 2020, é uma Companhia de propósito específico, com prazo de duração determinado de 20 anos ou enquanto existir o contrato de concessão, e tem como atividade principal a exploração da concessão administrativa para prestação de serviços relativos à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e atividades relacionadas e a exploração de fontes de receitas acessórias, na forma de contrato de concessão administrativa e seus anexos (Contrato de Concessão Administrativa), conforme especificações do edital de licitação na modalidade de concorrência pública nº 568/2019 (Edital), com base em autorização pela Lei Municipal nº 13.043, de 2 de janeiro de 2019.

No exercício de 2020, a SPE Uberlândia firmou o contrato nº 011/2020 com o Município de Uberlândia e deu início as atividades contratuais em 23 de janeiro de 2020. A primeira fase contratual consistiu nas entregas do plano de transição, do CCO provisório e dos seguros, após aprovação por parte do município, e consequente formalização da data de eficácia, foi dado início a fase dois do contrato, nesta foram iniciados os serviços de Operação e Manutenção do Parque de Iluminação Pública, e ainda a entrega do plano estratégico, cadastro base do parque de iluminação pública e projetos executivos, neste momento foi iniciada a fase três, serviços de modernização do parque de iluminação pública

No exercício de 2023, a SPE Uberlândia firmou dois termos aditivos ref. contrato nº 011/2020 a saber: (i) Termo nº 04 para realização do projeto de iluminação pública festiva “Natal encantado Uberlândia-Caminhos do Natal”; (ii) Termo nº 05 para aumento do quantitativo do Banco de Créditos, sendo 8.200 créditos no ano de 2023 e 9.630 créditos no ano de 2024, aumento o valor do contrato em R\$ 56.522 (cinquenta e seis milhões quinhentos e vinte e dois mil reais) no contrato de Concessão Administrativa para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Uberlândia, incluídos o desenvolvimento, a modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública.

No exercício de 2024, a SPE Uberlândia firmou o termo aditivo n. 06 ref. contrato nº 011/2020 para inclusão da Iluminação do Estádio Municipal Parque Sabiá e reequilíbrio econômico-financeiro, incluídos o desenvolvimento, a modernização, a expansão, eficientização energética, operação e manutenção no valor global de R\$ 13.954 (treze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais).

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia finalizou a conclusão do 3º marco de modernização do contrato com o município e recebeu o termo de aceite do cliente. A partir desta etapa, a SPE Uberlândia deverá manter a manutenção da iluminação pública em dia. Em 08 de maio de 2025, a Companhia recebeu o Termo de Recebimento da Rede Municipal de Iluminação Pública Modernizada e Eficientizada, conforme previsto na cláusula 15.7 do contrato de concessão.

No segundo trimestre de 2025, a SPE Uberlândia firmou um novo termo aditivos ref. contrato nº 011/2020 sendo ele o termo nº 08 para aumento do quantitativo do Banco de Créditos, sendo 11.600 créditos no ano de 2025 e 8.400 créditos no ano de 2025, adicionados no contrato de Concessão Administrativa para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Uberlândia, incluídos o desenvolvimento, a modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública. Com este aditivo, o valor global do contrato com a prefeitura passa a ser de R\$ 488.459 (quatrocentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais).

No quarto trimestre de 2025, foi firmado o aditivo 09 para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão após a reclassificação viária conduzida pelo Município de Uberlândia, que elevou os padrões de iluminação exigidos conforme a ABNT NBR 5101:2018. Essa revisão obrigou a concessionária a instalar luminárias de maior potência e substituir braços não previstos no projeto original, gerando investimento extraordinário validado pelo Verificador Independente no valor de R\$ 2.164 mil (base out/2024). Para recompor esse impacto, foi acordado um acréscimo de R\$ 55.958,20 na contraprestação mensal a partir de novembro de 2025. Parte desse valor será retida temporariamente na Conta Reserva até decisão definitiva do TCE/MG sobre a fórmula da taxa de

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

desconto aplicável. O aditivo não altera o escopo da concessão, mas atualiza o valor global do contrato para R\$ 498 mil (quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e sete mil, duzentos e cinco reais e sessenta e três centavos) assegurando o reequilíbrio diante das exigências técnicas decorrentes da nova classificação das vias e garantindo a continuidade e regularidade dos serviços de iluminação pública.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas informações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

(a) Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas contábeis IFRS (IFRS “Accounting Standards”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo e evidenciam todas as informações relevantes próprias nas demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3.1 Estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos resultados inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a:

- Estimativa dos custos ligados aos streamings de receita de (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M), conforme previsto no contrato de concessão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da norma CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado as quais são apresentadas como parte integrante das

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias Abertas, e, como informação suplementar para as IFRS e a IAS 34.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado fixo.

O custo dos estoques compreende o custo de aquisição, gastos com importação e transporte.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.6 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras Período findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

3.8 Contas a receber - ativo de contrato

As contas a receber são reconhecidos inicialmente a valor justo quando emitidos e seguem os preceitos e definições do contrato de concessão para prestação de serviços de iluminação pública. O valor registrado é resultado do cálculo da receita apurada mensalmente dos serviços de construção e modernização (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação.

As faturas serão recebidas após o poder público receber a prestação de contas mensal e verificar sua adequação com o contrato, o pagamento será realizado.

3.9 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.10 Debêntures

São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Sociedade aplicou as regras de contabilidade de hedge de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

3.11 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos e consideram premissas definidas pela administração da Sociedade e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Sociedade gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediárias e somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.13 Benefícios a funcionários

O reconhecimento desse benefício, como a participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Sociedade.

3.14 Capital social e distribuição de lucros

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. Os lucros são distribuídos conforme estipulado no estatuto da Sociedade e à medida que disponíveis.

3.15 Reconhecimento de receita

A Sociedade reconhece e divulga sua receita operacional conforme os preceitos do IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente, e com o ICPC 01 (R1)/IFRIC12 (Contratos de concessão). O atual contrato de concessão firmado com a Prefeitura de Uberlândia tem por definição que o serviço público de iluminação pública como o serviço prestado mediante a construção/modernização (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a receita proveniente deste contrato é alocada a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados (orçamento do projeto) a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de iluminação corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de iluminação ao longo da execução da obra de modernização da infraestrutura de iluminação pública. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da receita alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de iluminação (conforme ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de concessão) considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para “o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra” em relação ao “CAPEX do Projeto”, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.16 Novas normas emitidas, vigentes

O Grupo avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pelo Grupo:

Pronunciamentos alterados	novos ou	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de		A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025

3.17 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis foram emitidas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão vigentes. O Grupo está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios do Grupo, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos alterados	novos ou	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras		Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture		Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

4 Mudança de estimativa contábil na mensuração do ativo financeiro da concessão

A Companhia mantém, no âmbito do contrato de parceria público-privada de energia elétrica com o Município de Uberlândia/MG, um ativo financeiro reconhecido em decorrência da aplicação do modelo de ativo financeiro previsto para contratos de concessão. Esse tratamento é compatível com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, aplicável a arranjos de concessão em que o poder concedente controla ou regula os serviços prestados, os destinatários desses serviços e os preços praticados, sendo o ativo financeiro reconhecido quando o operador possui direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração revisou determinadas premissas utilizadas na mensuração do referido ativo financeiro, e em função de informações mais atualizadas sobre a execução contratual, o orçamento de investimentos e outros fatores.

Essa revisão compreendeu:

- (i) a alteração dos critérios de reconhecimento de eficiência e ineficiência do ativo financeiro;
- (ii) o reconhecimento mensal do valor utilizado de CAPEX com base na proporção do orçamento anual, em substituição ao critério anteriormente adotado com base no realizado mensal; e
- (iii) a atualização da premissa do índice de IPCA para refletir projeção anual revisada mensalmente, em substituição ao uso exclusivo do índice do anterior para atualização do mês corrente.

Tais alterações decorrem de nova informação e de revisão de estimativas, e não de correção de erro,

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

o que à luz da referida norma, devem ser reconhecidas prospectivamente, no resultado do período da mudança e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados, sem reapresentação retrospectiva dos saldos comparativos.

Nesse contexto, a revisão das premissas, acima descritas, configura mudança de estimativa contábil, uma vez que reflete melhor informação disponível na data das demonstrações financeiras sobre os fluxos de caixa esperados associados ao ativo financeiro da concessão.

Adicionalmente, como consequência dessa revisão, a Companhia atualizou a taxa interna de retorno ("TIR") utilizada na modelagem econômico-financeira do ativo financeiro, de modo que a refletir a nova expectativa de fluxos de caixa do contrato. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são subsequentemente acompanhados pelo método da taxa efetiva de juros, e quando os fluxos contratuais estimados são revisados, o valor contábil bruto é recalculado com base no valor presente dos fluxos revisados descontados pela taxa efetiva original do instrumento. Dessa forma, a atualização da TIR resulta da revisão das premissas adotadas, sendo utilizada como insumo para a mensuração prospectiva do ativo, sem configurar alteração de política contábil.

O efeito líquido reconhecido no resultado do período foi de R\$ 4.030 mil, referente principalmente a combinação dos tópicos supracitados. Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis dos períodos anteriores não foram reapresentadas, por se tratar de alteração de estimativa contábil.

5 Reforma tributária brasileira

A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Administração reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a Administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Empresa. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nestas informações financeiras.

6 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

6.1 Fatores de risco

6.1(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, principalmente nas rubricas contas a pagar a fornecedores, e contas a receber - ativo de contrato. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

6.1(b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e da taxa de juros das debêntures. A Companhia possui aplicações financeiras pós fixados, atreladas a variação do CDI e do IPCA.

6.1(c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não manter os investimentos concentrados em um único grupo econômico.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia possui contrato firmado através de licitação com a Prefeitura de Uberlândia-MG, que faz com que a Companhia possua o ativo financeiro. Através de contrato de concessão nº 011/2020, as cláusulas abaixo defendem a Companhia em caso de inadimplência do poder concedente:

O débito será corrigido monetariamente pela variação do IPCA e, em seguida, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros, segundo a taxa em vigor para a mora de pagamento de impostos devido à Fazenda Municipal;

O atraso no pagamento da contraprestação mensal efetiva à concessionária superior a 90 (noventa) dias conferirá a concessionária a faculdade de suspensão dos investimentos em curso, bem como a suspensão da atividade que não seja estritamente necessária a continuidade de serviços públicos essenciais ou à utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito a rescisão da concessão.

6.1(d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira.

	31/12/2025
	Saldo contábil – Custo amortizado
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	3.303
Contas a receber	128.160
	131.463
Passivos financeiros	
Fornecedores	1.176
Obrigações sociais e trabalhistas	632
Arrendamento	683
	2.491

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Exposição financeira líquida	128.972
Exposição líquida / Total do ativo	98,11%

6.1(e) Análise de sensibilidade

As debêntures da Companhia são afetadas pela variação nas taxas de juros (IPCA). Na análise são considerados três cenários, sendo o provável o adotado atualmente pela Companhia, com os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço e outros dois cenários, o cenário I, considerando 10% de decréscimo nas taxas de juros e o cenário II, 20% de decréscimo. Os valores refletem o incremento do saldo da debênture em cada cenário projetado.

			31.12.2025		
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Debênture	IPCA	Aumento do IPCA	(2.383)	(2.621)	(2.860)
			<u>(2.383)</u>	<u>(2.621)</u>	<u>(2.860)</u>

6.1(f) Gestão de capital

Entre os objetivos gerais, a administração busca assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos acionistas e manter sua capacidade de investimento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira e avalia as necessidades de caixa podendo buscá-las com terceiros ou com sua controladora.

7 Caixa e equivalente de caixas e aplicações financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos conta movimento	3.303	7.193
Aplicações financeiras - com liquidez imediata (i)	-	6
	<u>3.303</u>	<u>7.199</u>
Circulante - Caixa e equivalentes de caixa	3.303	7.199

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata.

8 Contas a receber

Os valores de contas a receber estão divididos conforme o quadro abaixo:

	<u>2025</u>			<u>2024</u>
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Ativo de contrato - 8.1	26.863	100.649	127.512	113.179
Outros serviços - 8.2	<u>648</u>	<u>-</u>	<u>648</u>	<u>2.267</u>
	<u>27.511</u>	<u>100.649</u>	<u>128.160</u>	<u>115.446</u>

8.1 Ativo de Contrato:

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação do contas a receber do ativo de contrato no período é demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2024	113.179
Custo de construção de infraestrutura de iluminação pública	24.685
Acréscimos de operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação	5.951
Juros	6.097
Recebimento	(23.927)
Variação monetária	5.557
Eficiência / Ineficiência de contrato	(4.030)
Saldos em 31/12/2025	127.512

8.2 Outros serviços:

O saldo de contas a receber referente a serviços adicionais está composto da seguinte forma:

	Total
Bônus de Energia 2024	410
Reequilíbrio Econômico	648
(-) PECLD - Bônus de Energia 2024	(410)
Saldo em 31/12/2025	648

Aging list

Vencimentos	Total
A vencer	-
01 até 90 dias	23
91 até 270 dias	119
271 até 365 dias (i)	506
	648

- (i) Saldo refere-se a valores a receber decorrentes de serviços prestados, cujo recebimento permanece em negociação junto à Prefeitura. Na data-base, a Administração entende que o montante não se encontra caracterizado como perda, uma vez que as tratativas seguem ativas nas esferas administrativa e jurídica, mantendo-se, assim, a expectativa de recebimento, não havendo constituição de provisão para perdas.

9 Estoques

	2025	2024
Mercadorias para concessão (operação/manutenção)	3.155	3.192
Materiais de consumo e EPI (operação e manutenção)	79	67
Mercadorias recebidas em garantia	101	122
Adiantamento para aquisição de estoque	47	148
	3.382	3.529

10 Tributos a recuperar e diferidos

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada em tributos para revisar sua apuração de impostos de 2021 a 2024. Como resultado desse trabalho, a Companhia passou a tributar o PIS e a COFINS e o IRPJ e a CSLL, conforme determina a Instrução Normativa (IN) 1700/2017 da RFB, em harmonia com a Lei 12.973/2014. A IN consolidou as regras de apuração do IRPJ e CSLL, do PIS e da COFINS no Brasil, incluindo tratamentos específicos para concessionárias de serviços públicos, especialmente no que tange às diferenças temporárias e receitas e despesas diferidas. Até então, a apuração destes impostos seguia o regime de competência das receitas e despesas e não levava em consideração a possibilidade de diferimento da receita realizada e não recebida financeiramente e a respectiva proporcionalidade dos custos incorridos.

Nesta revisão, foi concluído que a Companhia pagou impostos a maior, e, portanto, as apurações foram recalculadas e as respectivas obrigações acessórias corrigidas e retransmitidas, dando origem aos atuais saldos de PIS e COFINS diferidos, tributos a restituir, obrigações tributárias a recolher e diferidas, conforme os quadros apresentados a seguir.

Em 2025, após novas análises em conjunto com a administração do Grupo Engie Brasil, controladora indireta da Companhia, foi concluído que na revisão de impostos dos anos de 2021 a 2024, foi realizado o diferimento da receita de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M), o que não está contemplado na legislação. Desta forma, a nova revisão feita em 2025 sobre todo esse período anterior, apurou inconsistências nos cálculos do PIS e da COFINS com reflexo no IRPJ e na CSLL, tendo havido recolhimento de tributos em montante inferior ao efetivamente devido. Os ajustes contábeis e fiscais serão processados em 2026.

10.1 Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar se refere a valores a serem compensados ou restituídos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pis a compensar	41	-
COFINS a compensar	188	-
IRPJ a compensar	14	12
IRRF retido a compensar (a)	2.509	2.319
Outros tributos a compensar	<u>33</u>	<u>56</u>
	<u>2.785</u>	<u>2.387</u>

- (a) O saldo apresentado nesta rubrica é composto substancialmente por valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas à contratante. Tais valores representam créditos tributários que poderão ser utilizados pela Companhia para compensação futura, condicionada à apuração de lucro tributável e consequente geração de IRPJ a recolher.

10.2 PIS e COFINS diferidos

De acordo com a Lei nº 12.973/2014, a Companhia apurou os valores de créditos de PIS/COFINS diferidos a partir da seguinte metodologia: registro de todas as entradas passíveis de apropriação de créditos de PIS/COFINS e aplicação do percentual de recebimento do contrato sobre estes valores para a apuração mensal dos créditos de PIS/COFINS a serem apropriados. O montante dos créditos que não for apropriado neste momento e cujo creditamento seja diferido é registrado como ativo diferido. Diante disto, o valor dos tributos diferidos se refere ao montante correspondente das aquisições efetuadas e que ainda não puderam ser utilizadas para a dedução do débito.

<u>2025</u>	<u>2024</u>
-------------	-------------

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

PIS diferido	1.103	832
COFINS diferido	5.080	3.833
	6.183	4.665
Circulante	1.089	788
Não circulante	5.094	3.877
10.3 Tributos a restituir		
	2025	2024
PIS a restituir	699	699
COFINS a restituir	3.208	3.208
Imposto de renda pessoa jurídica a restituir	3.826	4.961
Contribuição social sobre o lucro líquido a restituir	548	1.886
Outros tributos a restituir	51	4
	8.332	10.758
Circulante	3.828	1.204
Não circulante	4.504	9.554

Estima-se que a restituição desses valores aconteça conforme cronograma abaixo:

2026 - R\$ 3.828
 2027 - R\$ 1.200
 2028 - R\$ 1.200
 2029 a 2030 - R\$ 2.104

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores se refere a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes pelo fato do pagamento ser devido no período de um ano.

	2025	2024
Fornecedores de Materiais (a)	698	1
Fornecedores de Serviços	181	203
Provisão de Fornecedores	297	109
	1.176	313

(a) Do total desta rubrica, R\$ 558 refere-se a compra de postes realizados no último trimestre.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Folha de pagamento	116	302
Provisões e encargos sobre férias	284	-
Pensão a pagar	-	143
FGTS a recolher	37	89
INSS a recolher	84	25
IRRF a recolher	43	30
Participação nos lucros e resultados	68	1
Provisões de remuneração	-	20
	<u>632</u>	<u>610</u>

13 Debêntures

Em 15 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures não conversíveis no montante de R\$ 65.000, sendo emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil), série única, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais). As debêntures serão atualizadas monetariamente pela variação acumulada no IPCA com juros remuneratórios calculados com base na variação da taxa de retorno do Tesouro IPCA + juros semestrais, com vencimento em 2030, acrescida de spread de 0,85% ao ano.

O vencimento da operação se dará em 15 de janeiro de 2034. As amortizações ocorrerão com os pagamentos semestrais, com vencimento inicial em 15 de julho de 2022.

<u>31/12/2025</u>	<u>Principal</u>	<u>(-) Custo emissão de debêntures</u>	<u>Saldo</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante	10.137	(253)	9.884	9.351
Não circulante	50.781	(1.825)	48.956	52.242
	<u>60.918</u>	<u>(2.078)</u>	<u>58.840</u>	<u>61.593</u>

A mutação das debêntures é assim apresentada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2024	9.351	52.242	61.593
Juros	-	6.401	6.401
Apropriação Custo Emissão	-	254	254
Transferências	9.941	(9.941)	-
Amortização de principal	(4.799)	-	(4.799)
Amortização de juros	(4.609)	-	(4.609)
Saldos em 31.12.2025	<u>9.884</u>	<u>48.956</u>	<u>58.840</u>

O cronograma de vencimento das debêntures apresentados no passivo não circulante é:

	<u>Total</u>
2027	6.994

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2028	6.994
2029	6.994
2030 a 2034	27.974
Debêntures	48.956

Compromissos (“covenants”)

Dentre as obrigações existentes, as com maior relevância são:

- (i) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações de natureza financeira a que a Companhia e/ou a Fiadora estejam sujeitas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a, (i) com relação à Companhia, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, e, (ii) com relação à Fiadora, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais);
- (ii) declaração de vencimento antecipado das debêntures, na ocorrência de quaisquer das quais das seguintes hipóteses:
 - (a) não observância, pela Companhia, após a Conclusão do Projeto e até a Data de Vencimento, em 2 (duas) Data de Verificação ICSD consecutivas ou em quaisquer 3 (três) Datas de Verificação ICSD alternadas, do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);
 - (b) inobservância, pela Fiadora, enquanto houver Debêntures em Circulação até a Conclusão do Projeto, dos seguintes índices e limites financeiros a serem apurados, trimestralmente, pela Fiadora:
- (iii) No primeiro trimestre de 2025, a companhia concluiu a entrega do 3º marco de modernização do contrato com o município e recebeu o termo de aceite do cliente e o Termo de Recebimento da Rede Municipal de Iluminação Pública Modernizada e Eficientizada. Este evento marca a conclusão do projeto que menciona a cláusula 4.19.2, da Escritura de Emissão das Debêntures.
 - na data de cada balanço consolidado trimestral da Fiadora, a relação entre o somatório do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Fiadora e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros); e
 - na data de cada balanço consolidado trimestral da Fiadora, a relação entre a Dívida Líquida Total e o somatório do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Fiadora, não poderá ser superior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos).

A Companhia declara que está cumprindo os *covenants* acima informados.

Depósitos vinculados

Conforme definido em escritura de debêntures, a Companhia deve manter em conta vinculada garantias para pagamento de uma contraprestação semestral das debêntures. Essa conta é administrada pelo Banco Citibank S.A. e os recursos estão depositados no Banco Santander S.A. e só podem ser movimentados com a aprovação do agente fiduciário Pentágono S.A. DTVM. O saldo de 31 de dezembro de 2025 é R\$ 5.065 e está apresentado na rubrica aplicações no ativo não circulante.

14 Obrigações tributárias

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2024 e em 2025, a Administração realizou revisões sobre os critérios e metodologia de apuração do PIS, da COFINS e do IRPJ e da CSLL com efeitos financeiros que foram contabilizados. Vide explicação detalhada na nota explicativa nº 10.

14.1 Obrigações tributárias - a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ISS a recolher	-	56
COFINS a recolher	588	486
PIS a recolher	132	107
CSLL a recolher	-	7
IRPJ a recolher	18	15
Parcelamento Federal (i)	1.044	1.540
Outras obrigações	<u>193</u>	<u>34</u>
	<u>1.975</u>	<u>2.245</u>
Circulante	1.395	1.169
Não circulante	580	1.076

- (i) No último trimestre, a Companhia concluiu revisão tributária, a qual resultou na apuração de novos valores. Em decorrência dessa revisão, os valores apurados como devidos passaram a constituir tributos a recolher, enquanto os valores anteriormente recolhidos, e apurados em montante superior ao devido, passaram a constituir tributos a recuperar. Os tributos a recolher identificados foram incluídos no parcelamento especial de Autorregularização, em conformidade com a Lei nº 14.740/2023 e a Instrução Normativa RFB nº 2.168/2023.

14.2 Obrigações tributárias - diferidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ISS a recolher – Diferido (i)	3.545	3.395
COFINS a recolher – Diferido (i)	10.402	8.602
PIS a recolher – Diferido (i)	2.258	1.867
CSLL Diferido	2.915	2.838
IRPJ Diferido	8.098	7.879
	<u>27.218</u>	<u>24.581</u>
Circulante	3.348	2.343
Não circulante	23.870	22.238

- (i) A Lei nº 12.973/2014 prevê regime específico de tributação pelo PIS/COFINS dos contratos de concessão reconhecidos como ativo financeiro (art. 56), estabelecendo que a receita decorrente do contrato de concessão será tributada a medida do seu recebimento e que os créditos deverão ser apropriados nesta mesma proporção. Os valores de PIS/COFINS/ISS registrados neste grupo se referem aos débitos cuja o recolhimento está diferido para o momento de recebimento da respectiva receita.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Partes Relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Engie Brasil Soluções Participações Ltda (b)	1.856	1.856
Engie Soluções de Iluminação Pública (a)	5.362	1.426
Engie Soluções Cidades Inteligentes e infraestrutura de Curitiba S.A.	<u>913</u>	<u>-</u>
	<u>8.131</u>	<u>3.282</u>
Circulante	913	3.282
Não circulante	7.218	-

- (a) O valor de R\$ 5.362 refere-se ao saldo residual a pagar de prestação de serviços complementares do projeto Iluminação Esportiva do Estádio Parque do Sabiá, executado pela Engie Soluções de Iluminação Pública Ltda (NF 2382) com previsão de liquidação até o final do exercício de 2026.
- (b) O valor de R\$ 1.856 refere-se a cessão de crédito de impostos diferidos de IRPJ e CSLL para utilização no parcelamento federal consolidado neste trimestre, conforme lei 14.740/23. A companhia avalia a cessão da dívida para a Engie Soluções de Iluminação Pública e posterior aumento de capital no primeiro semestre de 2026.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e detido pela acionista Engie Soluções de Iluminação Pública Ltda. em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 40.487, subscrito e integralizado, representado por 25.000.000 ações, sem valor nominal.

<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
<u>nº de ações</u>	<u>Participação (%)</u>	<u>Capital social (R\$)</u>	<u>nº de ações</u>	<u>Participação (%)</u>	<u>Capital social (R\$)</u>
<u>25.000.000</u>	<u>100</u>	<u>40.847</u>	<u>25.000.000</u>	<u>100</u>	<u>40.847</u>

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia, após a constituição das reservas obrigatórias, poderá distribuir 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, o pagamento será feito conforme deliberação da assembleia de acionistas de aprovação das contas.

O saldo de dividendos (R\$ 4.949) a pagar refere-se a valores apurados em exercícios anteriores e atual. O pagamento será realizado em data a ser definida pela Diretoria Executiva, conforme disponibilidade de caixa do projeto, conforme previsto na ata de aprovação das contas realizada no dia 30 de abril de 2025.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

17 Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de Infraestrutura - Contrato Principal	4.659	6.701
Serviços de Infraestrutura - Atualização Monetária Contrato Principal	3.885	3.882
Serviços de O&M - Contrato Principal	4.824	4.804
Serviços de Infraestrutura - Aditivo Banco de Créditos (a)	26.127	26.475
Serviços de O&M - Aditivo Banco de Créditos	1.127	549
Serviços de Infraestrutura - Atualização Monetária Banco de Créditos	1.799	295
Serviços de O&M - Contratos adicionais	549	10.058
Revenda de Mercadorias	-	55
Ineficiência de contrato (b)	(4.030)	-
Provisão (estorno) de faturamento Reequilíbrio (c)	(1.854)	1.854
Total Receita operacional bruta	37.086	54.673
(-) PIS e COFINS	(3.417)	(5.067)
(-) ISS	(1.164)	(1.636)
(-) ICMS	-	(7)
Total (-) Deduções da receita operacional	(4.581)	(6.710)
Receita operacional líquida	32.505	47.963

- (a) Receita referente aos termos aditivos nº 06 e 08 para aumento do quantitativo do Banco de Créditos no contrato de Concessão Administrativa para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Uberlândia, incluídos o desenvolvimento, a modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública.
- (b) Receita de eficiência ou ineficiência calculado com base nas informações mais atualizadas de desempenho e custos incorridos por meio de ajuste de chegada. Esse procedimento assegura que o ativo de contrato seja zerado ao final do projeto, refletindo integralmente o desempenho já transferido. O reconhecimento ocorre porque os inputs registrados até a data de mensuração já permitem identificar variações frente ao plano inicial, garantindo adequada representação econômico-financeira.
- (c) O valor de R\$ 1.854 no ano de 2024 estava na linha de Serviços de O&M – Contratos Adicionais e em 2025 a Companhia realizou a reversão do mesmo valor, pois houve a celebração de um aditivo contratual (n. 9) para este reequilíbrio econômico solicitado anteriormente, passando a integrar a receita de infraestrutura após a assinatura contratual.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Gastos por natureza

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos de Infraestrutura	(5.658)	(7.306)
Custos na prestação dos serviços (a)	(9.805)	(4.912)
Folha de pagamento e encargos	(4.318)	(3.255)
Depreciação e amortização	(424)	(453)
Custos seguros	(261)	(133)
Custo tributos	-	(14)
Outros custos	(469)	(291)
	<u>(20.935)</u>	<u>(16.364)</u>
Custos na prestação de serviços de iluminação pública		
	(324)	249
Despesas serviços de terceiros	7	(420)
Outras despesas		
	<u>(317)</u>	<u>(699)</u>
Despesas gerais e administrativas		
	<u>(21.252)</u>	<u>(17.063)</u>

(a) Do total de custos na prestação de serviços, o montante de R\$ 5.897 refere-se ao custo com terceirização de serviços de iluminação no contexto do projeto Iluminação Esportiva do Estádio Parque do Sabiá, executado pela Engie Soluções de Iluminação Pública Ltda. Este serviço foi completamente executado e finalizado no ano de 2024, sendo que a Prefeitura Municipal de Uberlândia formalizou seu "aceite", em 21 de dezembro de 2024. A Companhia registrou o custo deste serviço somente no mês de recebimento da nota fiscal, ocorrido em março de 2025, sendo que a receita pelos serviços prestados foi reconhecida em dezembro de 2024. Adicionalmente, o aumento do percentual de custos em relação à receita operacional observada no 2º trimestre de 2025, decorre da assinatura do aditivo contratual nº 08 (Banco de Créditos 02), conforme detalhado anteriormente no contexto operacional.

19 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de aplicações financeiras	817	593
	<u>817</u>	<u>593</u>
Receitas financeiras		
Encargos financeiros sobre debêntures	(6.401)	(6.985)
Tarifas bancárias	(85)	(73)
Juros sobre empréstimos	(223)	(202)
IOF sobre operação	(16)	(17)
Atualização Monetária - Ativo Financeiro	(128)	(86)
Outras despesas financeiras	(396)	(392)
	<u>(7.249)</u>	<u>(7.755)</u>
Despesas financeiras		
Total das Receitas e Despesas Financeiras	<u>(6.432)</u>	<u>(7.162)</u>

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

20 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.821	23.627
Imposto de renda e contribuição social	(1.639)	(8.033)
Adições / Exclusões		
Tributos diferidos de exercícios anteriores, não reconhecidos	298	6.130
Compensação de prejuízo fiscal	-	307
Outros ajustes	(116)	136
	-29%	6%
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente	(1.457)	(1.460)
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	(298)	(6.130)

(a) Conforme previsto no artigo 36 da Lei nº 12.973/2014, o lucro decorrente da receita reconhecida em contratos de concessão cuja contrapartida seja classificada como ativo financeiro pode ser tributado à medida do efetivo recebimento da respectiva contraprestação.

21 IFRIC 23 / ICPC – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Administração revisa a existência de posições com incerteza para a contabilização do imposto de renda, em situações que podem não estar claro como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas, ou como as autoridades tributárias poderiam aceitar determinado tratamento tributário adotado pela Companhia.

Nas situações em que a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve fazer uso da melhor estimativa disponível para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A Companhia não identificou efeitos significativos da interpretação.

22 Seguros (Não auditados)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramo</u>	<u>Montante de cobertura</u>
Riscos operacionais	20.000
Responsabilidade civil	10.000
Riscos de engenharia	70.616
Imóveis	2.730

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

23 Informações por segmento

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para a qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho. A Companhia atua no segmento de exploração da concessão administrativa para prestação de serviços relativos à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e atividades relacionadas. A administração entende que as operações contemplam uma única condição comercial e/ou operacional, sendo caracterizado unidade geradora de caixa única.

24 Eventos subsequentes

Após a data-base das demonstrações contábeis, ocorreu a assinatura do 10º Termo Aditivo, destinado à correção de inconsistência do 9º Aditamento, exclusivamente para fins de regularização de valores, totalizando R\$ 168, sem alteração no equilíbrio econômico-financeiro geral do contrato.

Em março de 2026, ocorreu a finalização do 11º Termo Aditivo, decorrente da conclusão do Processo Administrativo nº 11.999/2024, que consolidou o cálculo retroativo do bônus de energia desde 05 de julho de 2022 e a indenização ao Município pela economia não auferida em loteamentos fechados ainda não modernizados. Após compensações, apurou-se saldo residual de R\$ 2.076 a receber do município. Esse fato trata-se igualmente de evento subsequente não ajustável, por relacionar-se a validações e decisões administrativas formalizadas após o encerramento do período contábil, não impactando as estimativas registradas na data-base.

Os eventos subsequentes identificados não requerem ajustes nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, mas demandam divulgação adicional, dado seu potencial impacto informacional e contratual para os usuários das demonstrações.

* * *